

## CRÔNICAS NO ESTADO NOVO: RUBEM BRAGA E A REVISTA DIRETRIZES EM 1938.

ANELIZE VERGARA<sup>1</sup>

A palavra crônica vem de *kronos*, divindade grega que personifica o tempo, uma vez que esse tipo de escritura está intimamente ligado à cronologia. O nascimento da crônica como a conhecemos hoje – texto literário ligado ao jornal e que registra, aparentemente sem maiores pretensões, os acontecimentos do dia-a-dia, aliados a comentários pessoais e subjetivos, – originou-se no século XIX e foi contemporâneo do folhetim, tendo como espaço o rodapé das páginas dos diários.

Na França, a fórmula folhetim foi atribuída a Émile Girardin no seu *La Presse* (1836), que abrigava textos de natureza variada, como cartas de leitores, anúncios, programas de espetáculos, críticas, piadas, além do romance-folhetim e do folhetim-variedades, que fizeram a fama desta rubrica. O primeiro reproduzia fragmentos de um romance, cuja narrativa era interrompida no seu ápice, com o aviso “continua na próxima edição”, estratégia eficiente para a venda dos exemplares. Já no folhetim-variedade deu-se a gênese da crônica.

Vale ressaltar que, nos dicionários franceses do século XIX, a *chronique* era definida como “écrits au jour le jour, publiés par les journaux, et qui sont pour ainsi dire le reflet heure par heure de l’avie courante,” (Therenty 2011: 235-236) e já na segunda metade do século XX, a rubrica ganhou novos contornos, sendo concebida como “article de jornal ou de revue, émission radiodiffusée ou télévisée consacrés quotidiennement ou périodiquement as des informations, des commentaires d’un certain ordre.”

---

<sup>1</sup>Mestranda em História e Sociedade, linha: "Identidades Culturais, Etnicidades, Migrações" pelo programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual Paulista - UNESP - FCL/Assis. Pesquisa com financiamento da FAPESP.

Nota-se que a definição de crônica, independente do período de escrita dos verbetes, esteve sempre ligada a noção de tempo, do cotidiano. No entanto, a composição da rubrica no século XIX estava ancorada especialmente no sentido de um relato escrito ou até mesmo de comentários acerca da vida cotidiana. Já o verbete que compõe a definição de *chronique* na centúria seguinte remete a uma concepção mais contemporânea da palavra e permite observar alguns elementos que foram incorporados a rubrica ao longo dos anos. De simples relato dos fatos e notícias do dia-a-dia, a crônica se desdobrou numa seção de jornal específica e, principalmente num tipo de literatura.

Condição principal que dota a crônica de literariedade e que, por sua vez, legitima-a como gênero, é o lirismo que a envolve. Muito embora o mote inicial do cronista seja comentar a novidade do momento, por meio do seu olhar, o texto pode ganhar traços de maior ou menor intensidade lírica. Foi justamente a articulação entre a apresentação das problemáticas do cotidiano e o lirismo poético que deu a crônica um novo status literário. (Simon 2008: 161-172)

O seu reconhecimento como gênero, porém, não a levou de imediato a elevação ao cânone pela crítica literária, e nem mesmo a própria nomeação de gênero foi reconhecida inteiramente pelos críticos, o que por muito tempo levou a crônica a ser nomeada como “gênero menor” quando comparada a um romance, por exemplo.

Assim, o acesso da crônica à cidadania literária ocorreu apenas na segunda metade do século XX e, não por acaso, esta intimamente ligada a dois fatores que se articulam: o crescimento da publicação de livros de crônicas e um contexto maior, que engloba a quebra de paradigmas que conduzem a teorização das humanidades: na área das Letras, com a revisão do cânone literário e na História graças à ampliação da noção de documento.

Foi durante a década de 1950 e 1960 que alguns dos principais cronistas em atividade, como o próprio Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Lêdo Ivo, Fernando Sabino e Eneida de Moraes tiveram diversos livros de crônicas publicados. O

sucesso editorial alcançado chamou a atenção da crítica, tendo sido nesse momento que surgiu o primeiro estudo teórico sobre a crônica.

Nas décadas seguintes foram vários os estudiosos que se debruçaram sobre a crônica e suas especificidades, Afrânio Coutinho, Davi Arrigucci Junior, Marcelo Coelho e Antônio Candido, o que evidencia o espaço obtido pelo gênero junto à crítica e nas histórias literárias.

Enquanto a literatura incorporava outros tipos de formas de escrita a historiografia também ampliava e mudava a perspectiva do sentido de documento. No mesmo sentido caminhavam os estudos historiográficos que, na década de 1970, propunham novas perspectivas para os estudos históricos e alteravam a concepção de documento. Tais mudanças trouxeram uma renovação epistemológica em áreas de interesse dos historiadores.

Assim houve esforço entre os historiadores em legitimar a crônica como documento e não apenas com um simples relato do cotidiano. Ao analisar textos escritos por cronistas do Rio de Janeiro, Margarida Souza Neves procura definir as crônicas como documentos carregados do testemunho contemporâneo e passíveis de interpretação:

*Existem, no entanto, outras possibilidades de abordar a crônica do ponto de vista da História que não aquele de tratá-las como documentos no sentido positivista do termo. De uma forma muito particular as crônicas recolocam a seus leitores a relação entre a ficção e a História. (...) Documentos, portanto, porque se apresentam como um dos elementos que tecem a novidade desse tempo vivido. Documentos, nesse sentido, porque imagens da nova ordem. Documentos, finalmente, porque monumentos de um tempo social que conferirá ao tempo cronológico da passagem do século no Rio de Janeiro uma conotação de novidade, de transformação, que cada vez mais tenderá a se identificar com a noção de progresso. (...) é enquanto se apresentam como imagens de um tempo social e narrativas do cotidiano, ambos considerados como construções e não como dados, que as crônicas são aqui consideradas como “documentos” (Neves 1992: 148)*

Dessa forma a crônica, como outros documentos, também não pode ser considerada como uma mera listagem de fatos, posto que é dotada de historicidade e, desta forma, não deve ser encarada de forma isolada do contexto e do suporte ao qual

pertence. Ainda nesta perspectiva, por meio de análises mais detidas, pode-se afirmar que, do comentário aparentemente sem intenção ou até mesmo descritivo, é possível extrair testemunhos para a escrita da história.

Envolvida nas incertezas e indeterminações do momento em que são produzidos, os textos das crônicas podem ser, mais uma vez, legitimados como forma de “historiar” assuntos e temas que podem parecer simples. “(...) Não são muitas as fontes em que o historiador encontrará com tanta transparência as sensibilidades, os sentimentos, as paixões de momento e tudo aquilo que permite identificar o rosto humano da história.” (Chalhoub 2001: 25)

Embora com “tanta transparência”, como qualquer outro tipo de fonte, o historiador deve interpretá-la com cautela e atentar para algumas armadilhas que possam estar envolvidas nos conteúdos da crônica. Cabe ao historiador levar a cabo análise mais detida do texto, a fim de não se limitar a reproduzir o conteúdo da crônica que analisa.

O cronista observa e seleciona certas temáticas entre os acontecimentos políticos e sociais e os registra em suas crônicas, que não são levantados sem alguma intenção, e o faz para permitir o diálogo e o debate com o público leitor:

*Por mais banais que fossem para os contemporâneos, a especificidade dos temas coloca, ao leitor de hoje, a necessidade de uma cuidadosa operação exegética para decifrar e decodificar os seus termos. Só assim será possível relacionar definitivamente tais textos à realidade que é, a uma só vez, a sua matéria-prima e horizonte de intervenção. (Chalhoub 2001: 12)*

A “operação exegética”, que Chalhoub aponta neste trecho, constitui-se em levar em conta a dinâmica interna e externa da crônica, de modo que o historiador não corra o risco de uma interpretação positivista ou se limitar a parafrasear o conteúdo ali contido. Seja no caso de crônicas em séries, ou nas singulares, a premissa é a mesma: “a crônica é gênero imerso na indeterminação de sua época, na incerteza da história vivida. Ela depende da interlocução imediata com outros textos, discursos, gestos.” (Chalhoub 2009: 235). Trata-se de não tomar a crônica em separado do suporte ao qual ela pertence tampouco desconsiderar a dinâmica que a envolve.

Somente ao analisarmos e articularmos estes escritos num contexto mais amplo é que será possível aproximar o conteúdo da realidade tratada num dado momento. Assim, as crônicas:

*(...) precisam ser analisadas por inteiro, em busca do temário do narrador, das continuidades e rupturas no seu modo de ver as cousas: cada peça ou crônica específica é unidade indivisível, ainda que tecida de fragmentos diversos, pois, via de regra o raciocínio do narrador apresenta um fio condutor possível de discernir, já que guarda regularidades de visada e meneios retóricos previsíveis. (Chalhoub 2001: 236)*

Em resumo, as crônicas devem ser vistas pelo historiador como um meio de ampliar aquilo que o cronista, no exato momento em que escreve e por isto estreitamente ligado ao imponderável do cotidiano, não consegue distinguir.

Faz-se importante observar que até mesmo na França, onde se deu a sua gênese, a *chronique* adaptou-se e transformou-se no interior do chamado rodapé dos jornais e ganhou características particulares. No Brasil, sem negar a importância que alguns escritores de destaque deram ao gênero da crônica num período anterior, caso, por exemplo, de Machado de Assis, João do Rio e Humberto de Campos, entre os estudiosos do tema é comum afirmar que foi durante a década de 1930 que a crônica, já imbuída de características próprias, consolidou-se e firmou-se como gênero no Brasil.

Acrescentava-se ao seu estilo a articulação entre a narração dos acontecimentos do cotidiano da vida moderna, das cidades, do processo de urbanização e industrialização, ao mesmo tempo em que se buscava a experiência de outros tempos, remontando ao passado colonial ao estilo do narrador oral, o dito contador de “causos”. O gênero ganhava força e tomava corpo de acordo com as referências literárias do período, marcado pelo modernismo:

*Provinciana e moderna a uma só vez, a crônica modernista revela uma tensão contínua entre tempos diversos e espaços heterogêneos, fundindo numa liga complexa componentes discrepantes, provenientes de formas distintas, mas mescladas. (Arriguci 1985: 51)*

Assim, muitos foram os escritores que se voltaram à crônica neste período, caso de Oswald de Andrade, Alcântara Machado, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Eneida de Moraes, Manuel Bandeira, o que indica que a crônica também

ocupou espaço relevante em meio às mudanças do período e, mais do que isto, seu estilo e suas temáticas articulavam-se, como é próprio de sua natureza, aos acontecimentos da época. A escrita da crônica, alinhada as tendências de outros gêneros como o ensaio, moldava o gênero e lhe acrescentava novas características:

*[a crônica] se tornava um campo de experimentação de uma linguagem mais desataviada, flexível e livre, adequando-se à necessidade de pesquisa da realidade brasileira que passara da Revolução de 1930, e atingia, por essa via simples, também a consciência do grande público nos jornais (Arrigucci 1985: 51)*

Na mesma direção, Antônio Candido destacou a importância da década de 1930 para os caminhos que levaram à modelação da crônica, tal como a conhecemos nos dias de hoje:

*Acho que foi no decênio de 1930 que a crônica moderna se definiu e consolidou no Brasil, como gênero bem nosso, cultivado por um número crescente de escritores e jornalistas, com os seus rotineiros e os seus mestres. Nos anos 30 se afirmaram Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, e apareceu aquele que de certo modo seria o cronista voltado de maneira exclusiva para este gênero: Rubem Braga. (Candido 1992: 17)*

Conclui-se que este período testemunhou o crescimento e o amadurecimento dos gêneros literários, principalmente a crônica. Muito embora permeado por um contexto marcado pela falta de liberdade, controle e censura da informação, cabe destacar a importância da produção literária desse período. Pretende-se, portanto, analisar sistematicamente as crônicas de Rubem Braga e o contexto no qual foram publicadas, no caso particular da seção *O homem da rua* na *Revista Diretrizes*.

### **Rubem Braga em *Diretrizes*: crônicas do homem da rua**

Com o subtítulo *Política, Economia e Cultura* a revista surgiu logo após o advento do Estado Novo, em abril de 1938. Criada por Azevedo Amaral e Samuel Wainer, circulou até julho de 1944, ou seja, praticamente todo o período estadonovista. A revista teve três fases: a primeira fase – que compreende abril a outubro de 1938 –

tem por característica a direção de Azevedo Amaral. Amaral, um dos principais intelectuais do Estado Novo, lançou a revista com o objetivo de analisar de forma crítica, a política nacional e – como indica o nome da publicação – estabelecer as bases para o novo regime político instaurado. A publicação visava, pois, se tornar uma espécie de porta-voz da ditadura estadonovista, legitimadora do regime e, ao mesmo tempo, oferecer sugestões para o seu sucesso.

No entanto, em outubro de 1938, Amaral deixou a direção da revista. Segundo Duque Filho, os desacordos políticos entre o intelectual e os colaboradores da revista, somados a disputa pela posse sobre os direitos legais da publicação com Samuel Wainer, levaram a saída de Amaral da direção do impresso. A partir da saída de Azevedo Amaral, a revista entrou em sua segunda fase, que se estende de novembro de 1938 a novembro de 1940, na qual Samuel Wainer figurou como único proprietário e responsável pela linha editorial.

Vale ressaltar, contudo, que a revista alterou significativamente sua linha e deixou de lado as propostas visadas por Amaral, que pretendia alinhá-la ao projeto político varguista, para assumir uma posição política contrária ao Estado Novo, além de manter um caráter antifascista e antinazista. A terceira fase, de dezembro de 1940 a julho de 1944, caracteriza-se pelo fato de a publicação tornar-se semanal e haver contado, por dois anos, com a participação ativa de Mauricio Goulart.

Na revista, Rubem Braga colaborou na seção *O homem da rua*, na qual constituiu-se por crônicas, publicadas entre abril de 1938 e outubro de 1939, inseridas entre a primeira e a segunda fase da revista, num total de dezenove colaborações. A crônica não era publicada numa página fixa, mas tinha como marca uma ilustração que apresentava o desenho de um homem vestindo terno e gravata acenando com um chapéu a mão. As crônicas desta seção exprimiram as indagações de Braga diante dos primeiros anos de vigência do Estado Novo, além de registrarem preocupação com os países europeus frente a ameaça constante de um conflito de alcance mundial.

Segundo Samuel Wainer, o grupo reunido em torno de sua revista era considerado de “alto nível” e incluía nomes que viriam a se tornar “obrigatórios em

qualquer antologia literária”: (...) um deles foi Rubem Braga, meu grande amigo naquela época, que escrevia magnificamente. Rubem criou uma seção com o título “O homem da rua”, que abrigara crônicas maravilhosas” Observa-se que Braga participava freqüentemente das decisões acerca da revista – integrando o chamado “núcleo duro”. Assim, Wainer relembra que o escritor estava ao seu lado quando procurava por um investidor “(...) Depois de examinarmos vários nomes, eu e **Rubem Braga** nos fixamos num paulista chamado Maurício Goulart, que participara de todos os grandes eventos políticos importantes desde a revolução de 1930 (...)”. Além disso, a pesquisa em dicionários literários e trabalhos de cunho historiográfico revelaram que o cronista chegou a ser mencionado como fundador da revista, forte indício de sua importância e projeção na publicação, apesar da sua breve colaboração.

Muito embora, alguns considerem a crônica como um gênero literário menor, por sua característica efêmera, despreziosa e tida como isenta de elaboração narrativa, esse texto firma raízes nos acontecimentos de sua época, nos fatos do dia-a-dia, o que o dota de especial interesse para os historiadores. De acordo com Sidney Chalhoub, as séries de crônicas “registram freqüentemente a sua perplexidade diante do rumo dos acontecimentos ou de sua incerteza quanto aos possíveis desdobramentos deles”<sup>32</sup> e, além do mais, o cronista estabelece diálogo próximo com seus leitores, pois “ambos [cronista e leitor] esforçam-se para interpretar o sentido do presente deles, para desvendar o significado do processo histórico no qual estão inseridos.” Tais considerações permitem entender o esforço constante do cronista em *O homem da rua*, um observador comum, um passante, que consegue, por meio de seu olhar arguto, fornecer um panorama do seu mundo, do seu tempo, no caso um tempo de grande importância para a política nacional e internacional – o final da década de 1930. Em 1938, primeiro ano da publicação da seção, vieram a público nove crônicas, que dialogavam com os acontecimentos políticos e sociais da época. A seguir apresentasse uma possibilidade de organização temática deste material.

PRINCIPAIS TEMÁTICAS *O HOMEM DA RUA – 1938*

Assunto	Abr	maio	jun	jul	Ago	set	out	nov	dez
Política nacional									
Golpe do Estado Novo									
Golpe integralista									
Questões urbanas									
Questões sociais									
Intelectuais e o Poder									
Política internacional									

Cumpram explicar as rubricas que compõem o quadro acima. A análise revela que as questões nacionais ocuparam lugar de destaque nas crônicas de Rubem Braga. De fato, os quatro primeiros grupos – Política nacional, Golpe do Estado Novo, Golpe integralista e Política internacional – constituem-se nos quantitativamente mais representativos. A julgar apenas pelo dado numérico, os golpes do Estado Novo e o integralista não teriam atraído particular atenção do cronista. Entretanto, apesar de haver sido abordada de forma explícita apenas duas vezes, tais eventos estiveram presentes, indiretamente, em vários dos textos que compõem a rubrica Política nacional. As novas propostas, colocadas em prática pelo governo estadonovista, foram objeto freqüente de reflexão – caso, por exemplo, do fechamento de escolas e jornais pertencentes a estrangeiros e da extinção de partidos políticos. O mesmo pode-se afirmar em relação ao golpe integralista, mencionado, na condição de tema predominante, em três oportunidades,

mas referido em vários outros momentos. Observe-se que o esforço foi o de oferecer uma classificação do material, razão pela qual as rubricas dão conta do tema predominante na crônica, o que não significa que não se abordassem outros assuntos no mesmo texto.

Já as questões urbanas e sociais ocorreram efetivamente de modo mais episódico, apenas uma vez de cada. Mesmo a relação entre os intelectuais e o poder, tema que, por certo, tocava Rubem de perto, ocupou lugar subsidiário frente às questões nacionais e internacionais, que também se particularizaram pela pluralidade de assuntos. Ao lado de Política nacional, merece destaque a rubrica Política internacional que, como o nome indica, refere-se a fatos ocorridos no exterior. Aqui os destaques eram as críticas aos regimes de Hitler e Mussolini, referências aos eventos que antecederam a guerra como, por exemplo, a tomada de Cantão e a ocupação da Tchecoslováquia, bem como comentários sobre um possível conflito mundial.

A crise das instituições liberal-democráticas intensificou-se após o final de Primeira Guerra Mundial e, na Europa, foram raros os países que mantiveram suas assembleias legislativas em pleno funcionamento.<sup>34</sup> Os argumentos que contestavam o modelo político democrático vinham da direita política em ascensão, cujos preceitos baseavam-se na manutenção da ordem capitalista, ameaçada pelo impacto da Revolução Russa de 1917. O anticomunismo, o autoritarismo e o apelo nacionalista, fortes características desse espectro político, alcançaram particular sucesso na Itália, com a chegada ao poder de Mussolini (1922), em Portugal, com Salazar (1926) e seu Estado Novo, na Alemanha com Adolf Hitler (1933), na Espanha, com Franco (1939), para citar alguns exemplos da Europa Ocidental.

No Brasil, a Revolução de 1930 provocou um rearranjo das forças políticas e abriu espaço para o debate em torno das propostas políticas adequadas a realidade nacional, o que não ocorria de forma apartada da conjuntura internacional. A predisposição para o engajamento expressou-se em movimentos como a Ação Integralista Brasileira (ABI).

Após a instauração do Estado Novo, o regime criou de imediato, um aparato para legitimar-se e instaurou mecanismos de controle social, o que estava em consonância com o ideário centralizador e controlador ancorado na figura de um líder todo poderoso.

Em *O homem da rua*, Rubem Braga não escondeu sua inquietação frente ao golpe e às primeiras medidas implantadas. O novo regime, que antecedeu alguns meses o início da publicação de *Diretrizes*, não foi sistematicamente comentado na seção que, no entanto, não deixou de conter impressões a respeito da situação política.

Em 18 de abril de 1938, entrou em vigor um decreto-lei que proibia estrangeiros residentes no país de exercer qualquer atividade política ou de tomar parte em negócios públicos, o que incluía a organização de desfiles, passeatas, comícios ou, ainda, de serem proprietários de jornais, revistas e outras publicações. <sup>36</sup> A crônica, publicada no mês de maio, apoiava a medida: “O governo resolveu fechar, no Brasil, os partidos e as escolas, sociedades, jornais, que fazem propaganda estrangeira. Estrangeiro que quiser fazer política faça o obsequio de ir fazer lá na terra dele. Aqui não pode. Muito Bem.” (BRAGA, 1938a)

O apoio ao regime, entretanto, não era irrestrito. Em relação à escolha do governo federal para o poder executivo paulista, o cronista não escondeu as ressalvas:

*S. Paulo tinha, até outro dia, um interventor velho, carrancudo e careca: o professor Cardoso. Agora tem um homem moço, que estudou medicina na Alemanha, joga perfeitamente o “jiu-jitsu”, sabe pilotar um avião, mexe com agricultura e com indústria: o Dr. Ademar de Barros. Um tipo de atleta, um homem simples de maneiras, e, sobretudo um homem que sabe rir. Sangue novo. Ala jovem do velho PRP. Por falar nisso – que destino esse do PRP! Desde o tempo do Império, desde a convenção de Itu, ele começou a fazer força. Depois começou a mandar. Os quarenta anos da primeira história republicana do Brasil estão contados na história do PRP. Depois, o tombo. Mas o bicho não morreu. Em 32 voltou rapidamente a mandar, junto com os outros. Como não podia mandar sozinho, preferiu ficar por baixo. Mas sempre fazendo força. Bicho duro. E hoje, no clima novo do Estado Autoritário, o velho jequitibá floresce. O dr Getulio Vargas disse que havia lugar ao sol para todos. Lá está o dr Ademar de Barros como um ramo jovem, onde ocorre aquela mesma seiva das raízes da Convenção de Itu, brilhando ao sol... Não há mais PRP. Também não há mais perrepistas. O Estado Novo não admite os partidos. Mas mesmo assim, não existindo mais, o PRP está por cima, e os perrepistas estão mandando.* (BRAGA, 1938b)

Na opinião do cronista, a escolha do novo interventor era contraditória com o discurso que alardeava mudanças políticas efetivas e a alteração da “velha ordem social.” A escolha de Adhemar era sinônimo, para o cronista, da manutenção do Partido Republicano Paulista (PRP) no poder.

Muito embora as crônicas tratassem de temáticas diversas, a do mês de setembro foi inteiramente dedicada à morte do cangaceiro Lampião e seus companheiros. Os cangaceiros, bandos armados, liderados por um chefe e que vivam da prática de crimes, surgiram no final do século XIX, mas ganharam fama particular no início do século XX, com o bando de Antonio Silvino, o Lampião. Segundo os especialistas, estes grupos teriam surgido como uma espécie de reação às alterações introduzidas pelas relações capitalistas, que incluíam transformações nas relações de trabalho. A crise econômica e o descaso pelo qual passava as populações sertanejas do nordeste, deixadas ao acaso pelas autoridades competentes, também contribuíram para o aparecimento destes bandos, que invadiam as cidades e povoados, saqueando-as e impondo suas próprias leis as regiões.

Para a fama do bando de Lampião contribuíram a ousadia e a violência de que se utilizavam, pois chegaram saquear cidades importantes, como Mossoró, no Rio Grande do Norte, Limoeiro do Norte, no Ceará, e Queimadas, na Bahia. No entanto, a partir da década de 1930, quando foram organizados pela polícia estadual os chamados ‘volantes’, comandados por policiais e soldados temporários, os bandos foram sistematicamente perseguidos. À imprensa coube um papel importante, pois divulgava o combate ao cangaço em suas páginas diárias, dramatizava e consolidava o medo em relação aos bandos. No decorrer de 1938, o governo de Alagoas empenhou-se em capturar Lampião e seus homens e conseguiu encontrar o bando no interior do estado de Sergipe, onde se iniciou um tiroteio que culminou com a morte de onze cangaceiros, entre eles Lampião e sua companheira Maria Bonita.

Os jornais da época reagiram de maneiras diversas ao fato, já que os mortos foram todos decapitados e suas cabeças expostas. A fotografia oficial foi amplamente

divulgada. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou artigo oito dias após o massacre, no qual criticava a maneira como a questão foi tratada pela imprensa sensacionalista que, segundo o matutino paulista, teria intensificado o mito do cangaço, além de transmitir ao exterior uma imagem de atraso e barbárie do país.

A crônica de Braga também evidenciou sua insatisfação em relação à divulgação, pelos jornais, da citada fotografia:

*(...) Uns publicaram o retrato das cabeças dos cangaceiros. Todos arrumadinhos numa prateleira, com os chapéus ao lado, fazendo 'pendant' para acertar a paginação. Estava lindo arrumadinho e comovente como um soneto. Havia mesmo uma graça feminina, um jeito de ternura naquela arrumação. Os jornais que publicaram esse clichê elogiaram os soldados autores da façanha. Uns heróis. Todos foram promovidos. (BRAGA, 1938c)*

O cronista valeu-se, portanto, da ironia para comentar a maneira como a foto foi explorada e complementou lembrando que os responsáveis foram promovidos, pois obedeciam às ordens do governo. Mais à frente, Braga atacou os periódicos que estamparam fotografia:

*Os outros jornais não publicaram a fotografia. Talvez porque não receberam em primeira mão. Esses jornais xingaram os primeiros por dois motivos: – a) porque publicaram a fotografia – b) porque chamaram os soldados de heróis. Eles são uns bandidos, tão ruins quanto os cangaceiros, ou piores. Eu concordo com a letra 'b' e discordo da letra 'a'. Acho que a fotografia devia ser publicada. Ela não tem, como se diz, o defeito de mostrar o nosso grau de civilização. Tem, exatamente, a virtude de mostrar o nosso grau de civilização. Ela é a expressão, poética e gentil, de um crime praticado por homens que agiam em nome do governo. Publicar a fotografia é mostrar, documentar o crime. Esconder a fotografia seria esconder o crime, ser cúmplice dos criminosos. (...) (BRAGA, 1938d)*

Vê-se, portanto, que na opinião do cronista a fotografia deveria ter sido publicada por todos, uma vez que não atestava a incivilidade do povo brasileiro, mas o grau de civilização no qual nos encontrávamos, ou seja, inseriu os volantes e os cangaceiros no mesmo patamar, algo que não fora feito pelo colaborador do *O Estado de S. Paulo*, por exemplo. Para Braga, a morte dos cangaceiros e a maneira como ela foi divulgada nos jornais seria o documento de um crime. Vale acompanhar o argumento do cronista:

*Estou de acordo, como se percebe, com a letra 'b'. E a tal ponto que sugiro, caso haja facilidade, que sejam também cortadas as cabeças de diretores de jornais que chamaram os cortadores de cabeças de heróis. Creio mesmo que se poderia aproveitar a oportunidade para fazer um serviço mais amplo, cortando mais algumas milhares de cabeças que há por aí e que não fariam falta nenhuma ao país, embora muitas delas se julguem indispensáveis e sejam importantes. (BRAGA, 1938e)*

É interessante notar que, ao final da crônica, Braga tratou da incivilidade de se assassinar, indiscriminadamente, mulheres. Além disto, aproveitou-se do fato para tecer críticas aos letrados de sua época, em especial o neotomismo, representado por Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, e a produção proveniente do grupo católico, ao qual pertenciam Augusto Frederico Schmidt, Lucio Cardoso e Cornélio Pena:

*Só o fato dos soldados haverem matado duas mulheres faz com que eles sejam considerados bandidos. Matar mulheres esta abaixo de qualquer adjetivo. É indigno, covarde, e desumano. Mesmo em caso de suprema necessidade nunca se deve, sob pretexto nenhum, matar uma mulher. O que se pode fazer decentemente, e deve ser feito com cavalheirismo, é dar alguns socos, uma boa surra ou mesmo alguns tiros em regiões não fatais. Matar mulher é coisa indigna de um homem civilizado. E é antissocial porque nos grandes centros urbanos há, constantemente, carência desse produto animal, que é gênero de primeira necessidade, cuja falta ocasiona vários distúrbios cerebrais, como a poesia católica moderna, os romances ultra-essencialistas, os livros de filosofias neotomistas, etc, etc, etc (BRAGA, 1938f)*

Outro tema de destaque que recebeu atenção d'*O homem da rua* em 1938 foi a Ação Integralista Brasileira e as tentativas de golpes, ocorridas em março e maio do citado ano. O *putsch* de março foi assim descrito:

*O homem da rua está melancólico. A cidade perdeu um de seus encantos. Antigamente havia, pelas calçadas, uma vivacidade estranha. Homens vestindo camisas verdes faziam gestos gritavam, colorindo e animando a paisagem. Eram assim uma espécie de jogadores de futebol. Mas não jogavam futebol. Jogavam política. Jogavam mal. Falavam muito. Eram barulhentos e amavam, acima de tudo, o 'teréré'. Queriam o monopólio do patriotismo. Também monopolizavam a honra. Nas horas vagas monopolizavam, também, Deus. E, quando não tinham nada que fazer, monopolizavam a família. Mas depois começaram a ficar cacetes. Queriam matar todo mundo. Ninguém queria morrer. O Dr. Getúlio Vargas ficou muito aborrecido. Mas assim mesmo foi deixando. Veio o Carnaval. Na terça-feira, dia dos préstitos, os homens quiseram fazer uma brincadeira. Não era direito. Os Democráticos, os Fenianos e os tenentes do Diabo existem há muitos anos. O concorrente de última hora não arranjou nada. É natural. A gente gosta do carnaval assim, uma vez por ano. Mas botar um clube no governo não dava*

*certo. Depois que acabou o carnaval o governo achou que não havia razão para continuar o clube. ( BRAGA, 1938g)*

A crítica ancorava-se na comparação do movimento a um clube carnavalesco, tais como os *Democráticos*, os *Fenianos* e os *tenentes do Diabo*.<sup>45</sup> Atacavam-se os símbolos do movimento, ou seja, as camisas verdes, os gestos, o monopólio, ou seja, houve a preocupação de não se citar o nome do movimento, ainda que esse fosse prontamente reconhecível por qualquer leitor da época. No mês seguinte, maio de 1938, a crônica iniciava-se com comentário sucinto, que relatava a segunda tentativa de *putsch*:

*Na Romênia<sup>46</sup> também havia uma espécie de salvadores da Pátria tipo “Deus, Pátria e Família”. Eram os “Guardas de Ferro” queriam o estado corporativista. O rei fez. Mas os guardas queriam esse negocio de corporativismo para eles. Isso o rei não quis. Então os “Guardas de Ferro” começaram a conspirar. O rei mandou prender. Todos os mais graúdos ficaram presos na “Casa Verde”, a sede do partido. É isso. (BRAGA, 1938h)*

Nota-se a preocupação de o cronista em tratar de forma mais discreta os eventos que envolveram o movimento integralista. É importante ressaltar que não se condenavam as atitudes do governo Vargas em nenhuma das crônicas – muito embora Rubem não fosse um admirador de Getúlio, a idéia de o país poderia passar para as mãos dos integralistas parecia-lhe intolerável. Já em junho, o golpe foi abordado de maneira aberta e de forma satírica:

*Dois dias depois do golpe integralista foi preciso botar policia no Palácio Guanabara. Não era policia para impedir os integralistas de tomar o palácio. Policia para impedir os chefes integralistas de aderir. Dois deles, encontrados na sala de espera, prontinhos, para aderir, foram convidados a dar o fora e depois detidos. Esses deviam ser processados severamente. Afinal, também foram presos de arma na mão, como os outros. Os outros tinham metralhadores de “gângsteres” e bombas. Estes tinham os bolsos cheio de vaselina... (...) Na rua Sachet, numero 28, ha um casarão fechado. Pregado na porta, um papel selado. É um anuncio: aluga-se esse prédio... Quem quiser ver, vá lá. E quem quiser alugar, cuidado. O casarão é mal assombrado. De madrugada erram por ali, fantasmas verdes, magros, de punhal na mão, falando bobagens terríveis, e dizendo e vez em quando, com voz soturna: - A-na-uuu-êêêê... (BRAGA, 1938i)*

A expressão “anauê”, uma das marcas da AIB, remetia para o seu ideário político-ideológico. Os hábitos de obediência, o grito, as marchas pelas ruas e os uniformes compunham uma simbologia que causava impacto e que fazia parte do dia-a-dia dos militantes.

Dois assuntos, que também formam um conjunto específico e que permitem antever a posição de Braga diante do governo, são os que envolvem as questões sociais e urbanas. Vale lembrar que tais temáticas integravam os assuntos sistematicamente proibidos pela censura estadonovista. Em maio de 1938, um trecho da crônica tratava das enchentes ocorridas na cidade do Rio de Janeiro durante o mês de abril, um problema recorrente que assolava a capital:

*Muita chuva, nesse mês de abril. E o Rio é uma cidade que não acredita na chuva. Uma cidade sem abrigos, a não ser aqueles medonhos, de propaganda. Uma cidade de chapéu de palha, ou sem chapéu. Quando chove um pouquinho de mais, parece que ninguém previa que fosse possível chover. Os bueiros se entopem, o trânsito encrenca, tudo fica insuportável, as poças são enormes, nada funciona. **Lembrete para os nossos urbanistas: existe a chuva. Quando fizerem qualquer coisa, uma rua, uma calçada, uma linha de bondes, lembrem isto: existe chuva.** (BRAGA, 1938j)*

Evidenciava-se a estrutura precária, as ruas alagadas, a impossibilidade de circulação de carros, o funcionamento do comércio comprometido. A capital do “Brasil novo” exibia suas fragilidades. Em agosto do mesmo ano, denunciava-se a escassez e o aumento dos preços dos alimentos, o que atingia o país como um todo. No início da crônica, relatava-se a história de Dadiani, indivíduo que foi preso sob acusação de assassinar um escoteiro. Uma vez solto, jejuou por vinte e cinco dias e acabou internado em estado de inanição. De fato, o episódio serviu como intróito para tratar da situação dos cariocas:

*Pelo menos aqui no Rio esse negocio de jejuar não é mais bom negócio. É um negócio excessivamente espalhado. **Ninguém paga para ver um sujeito fazendo uma coisa que milhares de pessoas podem assistir de graça dentro do seu próprio lar. O negócio aqui, e certos subúrbios, seria dar um espetáculo não de jejuar, mas de comer.** Inúmeras pessoas desse subúrbio dariam seus últimos tostões para ter o prazer de assistir a este milagre: um homem comendo, mas comendo de verdade, verduras, peixe, galinha, carne, ovos, pão com manteiga, arroz e feijão. (BRAGA, 1938l)*

Em mais de uma oportunidade, o cronista fez referências às condições de vida imperantes na capital do país e ironizou ao afirmar que o maior espetáculo seria comer e não jejuar, o que se constituía numa crítica nada velada à carestia de vida.

As observações sobre o Estado Novo deram ensejo, em algumas crônicas, a comentários sobre a relação entre os intelectuais e o Estado. Em dezembro, tratou-se exclusivamente da atitude dos jornalistas frente à situação delicada que o país atravessava. A crônica iniciou-se com o relato da história de um português, João Abreu, morador do Bangu, cuja mulher deu a luz a quatro crianças. O acontecimento chamou a atenção da imprensa, por se tratar de um fato inusitado. No entanto, com o passar do tempo, a notícia foi desmentida e o grande evento resumiu-se a um mero boato que ganhou as páginas dos jornais. A crônica prossegue, com ironia:

*(...) Aliás, o pior dos nossos jornais não está propriamente nas mentiras que eles dizem. Está nas verdades que eles não dizem.*

*(...) Entretanto a gente entra num jornal e encontra, mais do que qualquer outro lugar, um grupo de homens reais e realistas, que sabem as coisas que acontecem e estão mais perto da verdade que o resto da população. Mas quando esses homens trabalham e saem do jornal, o jornal sai como aqueles quatro gêmeos do ventre da mulher de João Abreu. De quem é a culpa? Ponhamos a culpa na cachaça. Pois o profeta Isanduel disse: “Os filhos desta geração são tal como perus aos quais deu o dono a beber cachaça, e se embebedaram e se fizeram prisioneiros de um círculo riscado no chão e se movem tontamente esperando o sacrifício. Assim são os filhos desta geração tais como perus bêbados.”*

*Se o profeta Isanduel não disse isso, a culpa é dele. E se algum leitor versado na Bíblia obtemperar que não exista um profeta Isanduel, então eu sou obrigado a responder: - Ah, muito bem! Faça o favor de ler a Bíblia outra vez, e beba menos. E se não achar o profeta Isanduel, não vá ficar desesperado por causa disso. Continue a ler a Bíblia, continue a ler a Bíblia. Tem menos boatos que os jornais meu amigo, tem menos boatos! (BRAGA, 1938m)*

Questionava-se o papel dos intelectuais uma vez que, por ocuparem posição privilegiada, próximos das notícias e dos fatos, não cumpriam sua função de mediadores entre a esfera política e as pessoas comuns. O tom de crítica ficou claro frente às analogias entre a sua geração e os “perus bêbados” – ou seja, que se curvaram à linha política e ideológica adotada pelo governo. Em outra oportunidade, agora em tom de denúncia, expunha-se a subserviência dos homens de letras:

*Foi preso um sujeito que avançou contra um carro que passava o presidente Roosevelt. O sujeito declarou que queria engraxar os sapatos presidenciais. Foi metido na cadeia. Coisa esquisita. **Conheço pelo menos um país no mundo onde engraxar os sapatos do presidente não é crime. Pelo contrário, é profissão importantíssima, para altos intelectuais.**(BRAGA, 1938n)*

O ocorrido nos Estados Unidos é o mote para criticar a situação vigente no Brasil que, na avaliação de Braga, era marcada pela falta de autonomia e disposição para a colaboração. Já na crônica de novembro, cobrava-se o compromisso dos escritores:

*A poetisa argentina Alfonsina Storni 56 andava muito triste. De noite ia para a praia e passava horas olhando para o mar. Na noite de 24 de outubro ela saiu e não voltou. Seu corpo foi achado no dia seguinte flutuando no meio das ondas. Alfonsina se jogou no mar, de noite, porque andava muito triste. No Brasil as poetisas também olham o mar de noite e vivem tristes. Pelo menos é o que elas dizem. Mas no lugar de tomar uma atitude decente, continuam vivendo e fazendo versos. Os poetas procedem da mesma forma. Não digo nada a respeito do Sr. Augusto Frederico Schmidt 57, o Gordinho Sinistro, que fala da morte o tempo todo e não age. Esse é melhor continuar por aí. Apesar de suas safadezas, dizem que tem bom coração; e é, de verdade, um bom poeta. Além disso, se ele se jogasse na Guanabara poderia obstruir a entrada na barra. Mas há outros que são irritantes. **Afinal de contas esses cavalheiros soluçam e gemem, suspiram e choram, arranjam um bom emprego público e no fim quem se mata é a senhora do 'goal keeper'.** Batatais. Não é direito. (BRAGA, 1938o)*

Compreende-se que Braga posicionava-se contra os intelectuais atrelados ao Estado e, além disto, é patente que as três crônicas se ocupavam da política cultural do período, temática que ainda suscita interesse e questionamentos no que concernem os estudos historiográficos. Os assuntos que envolviam a política internacional também apareceram ao longo do ano, no entanto, foram bem menos exploradas e limitaram-se a alguns pequenos trechos, que tratavam, sobretudo, de acontecimentos relativos à Europa. Em julho, o mote para referir-se à situação de Hitler foi a transmissão pelo rádio de uma luta de boxe:

*O senhor Hitler estava acordado pelas 3 e meia da manhã para ouvir o rádio. O grande ariano Schemelling ia lutar com um preto nos Estados Unidos. Ia massacrar um preto. O Sr. Hitler gosta muito dessas coisas; o massacre de sujeitos das raças inferiores. Por causa disso o Sr. Hitler ficou acordado. Começou o jogo. O Sr. Hitler acomodou-se numa poltrona para ouvir melhor. Mas não teve tempo de se acomodar*

*direito. O speaker gaguejava e perdia a voz. O Sr. Hitler levantou-se... O speaker confessou com lágrimas na voz e soluços hertzianos que o ariano estava esticado na lona, vencido, esborrachado. Não sabemos o que foi que o Sr Hitler fez. Sabemos o que ele falou. Não escrevemos aqui porque fo naturalmente uma palavra feia. Uma palavra feia em alemão com dois quilômetros de comprimento e quinhentos metros de profundidade, 8 quilo ciclos e o raio de ação abrangendo 28 gerações ascendentes e cerca de 30 descendentes. Acabou a história porque o Sr. Hitler foi dormir. Isto é: foi-se deitar. (BRAGA, 1938p)*

O lutador Max Schmeling, campeão mundial dos pesos pesados entre 1930 e 1932, era considerado por Hitler a prova da supremacia ariana. No entanto, em 22 de junho de 1938, seus planos de legitimar a ideologia fascista e a força da raça por meio do *grande ariano Schmelling* foram frustrados. Joe Luis, um afro-americano venceu a contenta contra o alemão, daí a importância do comentário de Braga. No mês seguinte, o cronista expressou, mais uma vez, sua posição em face dos regimes de extrema direita:

*Agora ficou resolvido que italiano não é mais latino: é ário-nordico. Está certo. Passe bem. E divirtam-se. Nós por aqui continuamos meio latinos, meio pretos e meio índios. Apenas pedimos aos senhores arianordico que não se metam mais aqui, cavando concessões e ajudando 'putsch'. Somos uma raça misturada e inferior. Tenham a fineza de não se misturarem conosco. Vão para o diabo ario-nordico que os carregue. (BRAGA, 1938q)*

Neste trecho, fica clara a posição contrária de Braga a este tipo de regime. Nota-se que o cronista enfatiza a heterogeneidade da raça brasileira e ironiza ao apresentá-la como inferior, sem deixar margens para dúvidas.

A análise das crônicas do ano de 1938 permite vislumbrar como se dava a inserção de Rubem Braga nos dilemas de seu tempo, seu distanciamento em relação aos regimes de extrema direita, aos integralistas, aos ideólogos do regime e, ainda, aos católicos. Aliás, as crônicas de *O homem da rua*, assim como os seus demais textos publicados em 1938, revelam suas escolhas e o ângulo a partir do qual aprendia os acontecimentos que marcaram esse ano e que comentou em *Diretrizes*. Por meio da contextualização e análise das crônicas de Rubem Braga em *O homem da rua* foi possível traçar um perfil das preocupações do cronista e de suas indagações frente a uma conjuntura particularmente complexa.

O ano de 1938 foi bastante expressivo no que condiz a participação de Rubem Braga na revista. O cronista teve a oportunidade de colaborar com três textos de sua autoria, além de sua seção permanente, e que, de certa forma, não deixaram de se articular e complementar. Além disto, as temáticas deste ano foram diversas e não se concentraram apenas num assunto específico – abordaram assuntos relativos às questões nacionais, em destaque devido à instauração do novo regime.

Conclui-se que características aparentes da crônica, com sua escrita aparentemente simples e temas banais do dia-a-dia, não devem enganar: a leitura atenta mostra que o cotidiano é o mote para tratar de outros assuntos, com significativa elaboração da crítica e capacidade analítica que não é, necessariamente, menor do que a presente em outros gêneros textuais que compõem os jornais – artigos, reportagens, entrevistas e editoriais. O conjunto de crônicas publicadas em *O homem da rua* representa uma importante contribuição para a fortuna crítica do escritor Rubem Braga, já que estas, além de outras séries de colaborações datadas do mesmo período em que escreveu em *Diretrizes*, ainda não foram sistematicamente organizadas e publicadas em livro.

## Bibliografia

ARRIGUCCI JUNIOR, Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. Sessão de Promoção Cultural, São Paulo, v. 46, nº 1/4, 1985.

CHALHOUB, Sidney. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. In: *Revista Remate de Males*. n. 29(2). Jul/dez, 2009

CANDIDO, A. et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

SIMON, Luiz Carlos Santos. Rubem Braga e a arte do cotidiano. *Itinerários*. Araraquara: n. 16, 2008

THERENTY, Marie-Eve. *La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIXe siècle*. Paris: Editions du Seuil, 2011

**Fonte**

Seção *O homem da rua*, *Revista Diretrizes* - 1938.